

Dialogismo: emergência do pensamento latino-americano em comunicação¹

Yuji Gushiken²

RESUMO

Neste artigo estuda-se a emergência do pensamento latino-americano em comunicação, tendo como foco a proposta dialógica que, na história das teorias da comunicação, se caracteriza como crítica à *mass communication research* da sociologia americana. Situa a emergência desse pensamento comunicacional na América Latina em meio a condições de subdesenvolvimento econômico e social, analisando-o também como crítica aos difusionismos culturais e comunicacionais do processo de globalização. Historicamente, o dialogismo atualiza os processos de inovação teórica que reavaliaram a recepção como mediadora e produtora de sentidos nos estudos em comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; dialogismo; América Latina.

ABSTRACT

In this article, latin-american thought emergence in communication is studied focusing on the dialogue proposal which, in the history of communication theories, is characterised as a critique of mass communication research in American sociology. Latin-american thought emergence in communication is situated within conditions of economic and social

1 Artigo apresentado no Núcleo de Pesquisa de Teorias da Comunicação do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 5 a 9 de setembro de 2005.

2 Jornalista e relações-públicas. Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Comunicação Social e coordenador adjunto do Núcleo de Estudos do Contemporâneo da Universidade Federal de Mato Grosso (NEC-UFGM).

underdevelopment being analysed also as a critique of the idea of cultural and communication dispersion of the globalisation process. Historically, dialogism updates the processes of theory innovation which reassesses reception as a mediator and producer of meaning in the studies of communication.

Keywords: *Communication; dialogism; Latin America.*

Condições de emergência de um pensamento comunicacional

O dialogismo, ao modo de uma proposição teórica crítica, evidencia-se como uma das importantes propostas atualizadas nos estudos e nas práticas em comunicação entre pesquisadores latino-americanos. Essa perspectiva dialógica, que também chamam de participativa, desenvolveu-se em um quadro socioeconômico e político que levou a tradição da *mass communication research*, oriunda da sociologia empírica americana, e seus desdobramentos práticos, como o modelo difusionista da comunicação de massa, a serem repensados na realidade e nos desafios próprios da América Latina. Historicamente, o dialogismo emerge como indagação teórica e modelo comunicacional no final dos anos 1960, ganhando força nos anos 1970, quando sua influência, ainda que não facilmente quantificável, torna-se mais visível em projetos e políticas de comunicação social desenvolvidos em várias partes da América Latina, em geral, e no Brasil, em particular.

Na história das teorias da comunicação, o dialogismo é uma modulação do pensamento comunicacional construído por estudiosos e comunicadores latino-americanos que acabaram por romper com o modelo unilateral e vertical da comunicação de massa e, também, com as práticas de comunicação comunitária igualmente verticalizadas, cujo pressuposto era o daquela tradição que colocava em evidência uma certa superpotencialização dos meios de comunicação e dos emissores sobre os demais componentes do processo de troca de informações. A modulação da perspectiva dialógica nos modos de se pensar a comunicação contribuiu para reformular o lugar da recepção nos estudos nesse campo do saber. Quanto às práticas comunicacionais, essa modulação tornou-se visível na medida em que instituiu novos protocolos de troca de informações na sociedade contemporânea.

Na ainda recente história das teorias da comunicação, que conformam mais um campo do saber do que uma disciplina, o que fomenta o dialogismo dos pensadores da comunicação na América Latina é: 1) sua contextualização em condições de subdesenvolvimento socioeconômico

e de dependência, inclusive cultural, em relação aos países desenvolvidos; e 2) a proposta de horizontalização dos processos de troca simbólica, questionando o caráter difusionista da comunicação de massa e o modelo de comunicação até então centrado no pólo emissor.

A emergência de um pensamento latino-americano começa a se delinear quando a idéia de comunicação passa a interiorizar em sua elaboração o pólo receptor como mediador e produtor de sentido, rompendo com o paradigma no qual o pólo emissor predomina no processo. Quando começam a emergir no final dos anos 1960, as propostas comunicacionais dialógicas vêm apontar novos caminhos para a tradição da *mass communication research* americana, que naquela década já tinha pelo menos quarenta anos de influência e hegemonia teórica sobre o campo da comunicação como área de conhecimento e prática social.

Mas é preciso fazer a seguinte indagação: o que singulariza o pensamento latino-americano em comunicação e concede a denominação de “escola”? José Marques de Melo analisa que a independência do pensamento dos autores latino-americanos em comunicação social, ao assumir uma fisionomia distinta das outras escolas que lhe deram origem ou lhe eram simultâneas, já vinha sendo reconhecida por cientistas europeus e americanos, e utiliza exatamente essa designação:

Os traços distintivos da escola latino-americana estão, por um lado, na superação da dicotomia metodológica, combinando métodos quantitativos e qualitativos, e, por outro lado, na inovação teórica resultante da interatividade entre reflexão e ação. Os pesquisadores da região preservam o rigor científico na observação e análise dos fenômenos comunicacionais, mas estabelecem uma agenda de trabalho priorizando a construção de modelos alternativos de comunicação, bem como de processos democratizantes, com a finalidade de preservar a identidade cultural latino-americana (*Comunicação & Sociedade*, nº 25, 1996, p. 13).

Para o venezuelano Antonio Pasquali, a idéia de comunicação assimétrica, na qual se distanciam pólo emissor e pólo receptor, está muito mais ligada a uma concepção mecânica do que social das relações entre as pessoas (Pasquali 1973). A crítica formulada por ele visou romper com

o modelo comunicacional linear, propriamente mecanicista, até então concebido como informação que parte de um ponto e finaliza em outro – não por acaso, os primeiros estudos em comunicação se referiam a “pólos” de emissão e de recepção de informações.

Se, na produção da comunicação de massa, o pólo emissor prevalece sobre o receptor, gerenciando a oferta e controlando o consumo de informações, para Antonio Pasquali a proposta dialógica deve colocar ambos no mesmo plano, numa relação de bivalência: todo emissor pode ser receptor e todo receptor pode ser emissor. Caso contrário, não há autenticidade na relação. O esforço teórico de Pasquali consistiu em diferenciar informação em escala cibernética, na qual fica patente o mecanicismo do processo, de informação em escala antropológica, na qual estão ligados diversos processos de significação por parte dos atores envolvidos. Ainda como parte de sua problematização teórica, ele buscou diferenciar os conceitos de informação e comunicação, o que implicou uma perspectiva sociológica do tema.

Informação seria, pois, o nome que dentro de uma sociologia do saber assumiria a categoria de relação por causalidade (dependência de causa e efeito), assim como comunicação corresponderia à categoria de relação pela comunidade (recíproca entre agente e paciente) (Pasquali 1973).

A relação de causa e efeito refutada pelo autor latino-americano bem corresponde à hipótese primordial, hoje considerada primária e obsoleta, da *mass communication research* americana, a chamada Teoria da Agulha Hipodérmica. Uma resposta meramente mecânica do outro lado do processo comunicacional só interessaria aos que buscam gerir uma relação unilateral, que se torna uma relação de dominação nos planos sociocultural, econômico e psicológico. Segundo a tradição da pesquisa americana, de forte apelo pragmático, a idéia de desenvolvimento da comunicação vinha sendo promovida como geração de técnicas de controle do emissor sobre o receptor.

Com base em estudos sobre sociedade e modernidade, considerava-se o indivíduo isolado na massa populacional e passível de ser manipulado por mensagens dos meios de comunicação, na velha imagem da relação

mecanicista de causa-efeito que até mesmo nos dias de hoje insiste em marcar boa parte do pensamento comunicacional. No mutismo do indivíduo anônimo, diante da profusão de informações no mundo moderno, concretiza-se o lado enfaticamente numérico e quantitativo da cultura de massa e da informação em sua dimensão cibernética³. Realocada para a realidade da América Latina, a história mostra que houve inúmeras tentativas de se elaborar e colocar em prática projetos de comunicação com base nos princípios da unilateralidade e da influência fácil, determinista e de efeitos hipoteticamente previsíveis ao modo de equações matemáticas.

Economia e cultura: a produção da diferença

Na fase do que se chamou de “comunicação para o desenvolvimento”, com base em políticas fomentadas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na década de 1960, creditava-se aos meios de comunicação de massa a potencialidade de promover a alavancagem econômica e social de países subdesenvolvidos. Nesse caso, o consumo de mensagens difundidas pelos meios massivos seria um indicador dessa mesma noção de desenvolvimento. Em princípio, o modelo comunicacional empregado passou a ser confundido com o próprio difusionismo cultural já legendado pela antropologia, até que encontrasse resistência por parte de pensadores latino-americanos naquela mesma década. Os latino-americanos se preocuparam não apenas com o desenvolvimento dos meios de comunicação, mas com o desenvolvimento da idéia de processo de comunicação, para ir além da herança teórica da pesquisa em comunicação de massa americana.

A busca de sintonia do discurso latino-americano era com as questões sociais das populações subalternas do continente, fazendo uma revisão do lugar do receptor como sujeito ativo do processo comunicacional. Por

3 Cibernética é um termo divulgado pelo matemático americano Norbert Wiener (1894-1964), ex-professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Em sua origem grega, cibernética significa a arte de pilotar ou, em sentido aplicado, seria a arte de dirigir homens e máquinas. No campo da comunicação, sua aplicação se referia à gestão da produção e controle dos fluxos de informação.

esse viés teórico, os estudos em comunicação buscavam ancorar-se na questão da luta de classes em meio ao processo de globalização da economia, mas considerando simultaneamente diferenças socioculturais e políticas na concepção de estratégias de comunicação levadas a cabo na região. No quadro político, a América Latina era uma região marcada por ditaduras militares na segunda metade do século XX. No quadro econômico, havia, e ainda há nesta transição de século e de milênio, profunda desigualdade e dependência de países desenvolvidos. E, no quadro social, índices apontavam, desde muitas décadas anteriores, para graves distorções na distribuição de renda, alta taxa de analfabetismo e inúmeros outros problemas que evidenciam um panorama de subdesenvolvimento nos países latino-americanos.

O educador brasileiro Paulo Freire, reconhecidamente comprometido com a educação das camadas populares, foi um dos principais nomes dessa corrente de pensamento que caracterizou os processos dialógicos nos estudos em comunicação na América Latina. Ainda que pensador na área de educação, ao propor uma “educação dialógica”, seus estudos efetuaram importante intervenção no campo da comunicação, principalmente no Brasil. A crítica de Paulo Freire (1977) ao modelo difusionista do que se convencionou chamar de extensão rural, exposto no livro *Extensão ou comunicação?*, tornou-se referência para os estudos em comunicação que se alinham ao que se colocou em pauta como uma perspectiva participativa.

Extensão rural, com base no modelo difusionista da comunicação, era a prática de transferência de tecnologia que agrônomos empreendiam com produtores rurais. A designação utilizada – extensão – corresponde à idéia de transferência como o ato de estender um conhecimento. Ficava pressuposto, nesse modelo comunicacional, a intenção de se levar um “saber” a quem não o possui, o que evidenciava a produção de diferença socioeconômica e cultural. Pelo ponto de vista da comunicação, tratava-se de demarcar a distância entre um pólo emissor, pretensamente detentor de um conhecimento, e outro receptor, esvaziado em sua imaginada ignorância. Como se percebe, a extensão rural, tal como era praticada, incorporava a idéia de comunicação como um processo mecanicista,

planejado de forma verticalizada e unilateral, com ênfase no emissor de informações. A essa idéia ligavam-se noções como a de doação, messianismo, invasão cultural, manipulação etc., termos usados pelo próprio Paulo Freire. Evidenciava-se nos estudos comunicacionais a relação entre saber e poder.

O caráter difusionista da extensão rural ganhou grande impulso com base em estudos de Everett Rogers. Em 1962, ele publicou *The diffusion of innovations*, que hipoteticamente tornou-se uma das bases teóricas que viriam a consolidar o modelo difusionista da comunicação. Na prática, tal modelo já vinha sendo construído como resultado das correntes desenvolvimentistas que emergiram no final da década de 1940. No âmbito dos estudos comunicacionais, o modelo sustentou-se até os anos 1960, com seus limites teóricos e sua falência sendo decretados logo nos anos 1970. Desenvolvimento, na perspectiva difusionista, era sinônimo de modernização, adoção de novas tecnologias e produtividade econômica. O enquadramento desses preceitos, portanto, se dava no quadro do modo de produção capitalista e dos padrões ocidentais de cultura científica e tecnológica.

Persuadir o homem do campo, apesar de suas condições econômicas e resistências culturais, a adotar e consumir novas tecnologias de produção agrícola equivalia a conceber conceitos que se aproximavam das primeiras teorias mecanicistas da *mass communication research*, de imaginados efeitos a curto prazo. Ou seja, imaginava-se um processo simplório, de efeito unilinear. Vale dizer ainda: esperava-se que houvesse mudança de comportamento do produtor rural a partir do momento em que o extensionista lhe levasse – vale dizer, estendesse – novas técnicas agrícolas. Daí a idéia de “doação”, na qual o extensionista, dotado de um saber, o estende a um produtor rural que o recebe. Paulo Freire não ignorava as condições de subdesenvolvimento em que vivia boa parte dos pequenos produtores rurais no Brasil e na América Latina, mas recusava a extensão rural como transposição de conhecimentos de forma autoritária e verticalizada, ou seja, como imposição cultural do extensionista, em geral um agrônomo, sobre seu público-alvo. Dessa maneira, o que Paulo Freire criticava era o caráter antidialógico e arbitrário, sob pretexto

de um processo de modernização, que impregnava o modelo difusionista de comunicação.

O caráter dialógico defendido pelo educador brasileiro era, na verdade, uma questão pedagógica que incidiu diretamente na crítica da comunicação tal como é imaginada e praticada na transferência de tecnologia: vertical e unilateral, com ênfase no emissor (principal) sobre um receptor (secundário e apenas acessório) no processo de comunicação/cognição. No modelo difusionista, como tem sido próprio dos procedimentos e fluxos da modernização no Ocidente, o mecanicismo do processo informacional deixava em segundo plano uma estrutura cognitiva pré-existente do receptor, considerando que o processo de adoção de novos conhecimentos se daria automaticamente. Ou como o próprio nome sugere: de forma mecânica, desconsiderando uma rede complexa de produção de sentidos na qual os diferentes atores sociais estão envolvidos. Tratava-se, portanto, de uma visão autoritária e vertical de transmissão de conhecimento, endossada pelo imediatismo que caracteriza a economia de mercado e a velocidade que ela impõe a qualquer processo de adoção de produtos e serviços.

A evolução tecnológica acelera a obsolescência do conhecimento, imprimindo sentido pejorativo às formas tradicionais de cultura. No caso da América Latina, a adoção de novas tecnologias significava a passagem de um modo de produção tradicional, ainda muito voltado para o mercado consumidor interno, para outro com características modernas, considerando que interessava ao Estado nacional investir num modo de produção voltado para exportação e, desta maneira, desempenhar seu papel na engrenagem da economia de mercado global.

Entravam em cena as políticas de comunicação como pretensas reventoras da situação de subdesenvolvimento econômico e social de um continente que, por esse ponto de vista, havia perdido o caminho da modernidade. Os indicadores de subdesenvolvimento econômico na América Latina manifestavam-se em setores como a agricultura, na qual se verificavam ações na linha da já citada comunicação para o desenvolvimento. Afinal, em país dito subdesenvolvido, a base da economia continua sendo o setor primário, com industrialização incipiente ou

insuficiente para ser o propulsor da economia de modo geral. Antônio Fausto Neto, professor e pesquisador brasileiro, faz a seguinte crítica à idéia de extensão rural como ferramenta de modernização:

[...] são programas comprometidos com a noção de equilíbrio, esquematizados para satisfazer as estruturas institucionais existentes, incompatíveis com a “consciência possível” do homem rural, segundo a concepção de Goldmann, retirando-o, certamente, do seu estado de isolamento, mas inserindo-o numa realidade antagônica, desestruturando-o e dotando-o de novos mecanismos de dependência (Fausto Neto 1976).

Desde a década de 1960, pelo menos no Brasil, o perfil da agricultura se dividia entre práticas ditas arcaicas de subsistência e a monocultura voltada para exportação, da qual os exemplos mais significativos talvez tenham sido a cafeicultura e, a partir da década de 1970-1980, a difusão do plantio de soja. É razoável afirmar que esse perfil econômico podia ser verificado também nas demais regiões da América Latina. Assim era descrita, no final da década de 1960, a situação de dependência dos países subdesenvolvidos para sobreviver numa economia globalizada, ou seja, dependente de investimentos externos e de sua abertura como novos mercados consumidores.

Além de Everett Rogers, o nome de Wilbur Schramm foi um dos mais ligados à consolidação do modelo difusionista de comunicação. Não por acaso, a obra *Mass media and national development*, de Schramm, foi editada e divulgada pela Unesco, tendo se tornado referência para o setor (Mattelart 1996). Para Wilbur Schramm, a comunicação de massa surgia como panacéia do desenvolvimento. Ele, que havia buscado na teoria dos sistemas uma base para a formulação de seu modelo de comunicação, alinhava-se à idéia de desenvolvimento como forma de evolução da sociedade, na qual o homem aldeão deveria se preocupar em tornar-se cidadão do país (Schramm 1967). O suporte institucional para o fomento desse pensamento comunicacional partiu da Unesco, que depois de 1962 passou a se preocupar com a economia política e simbólica da comunicação de massa nos países em desenvolvimento. Desta maneira, o desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa era

visto naquela década, segundo a Unesco, como pressuposto do desenvolvimento geral de países localizados em regiões díspares culturalmente, mas homogêneos no subdesenvolvimento, como Oriente Médio, Ásia, África e América Latina.

Daí o binômio comunicação e desenvolvimento ter sido uma proposta pensada e estruturada como estratégia nacional com base em um órgão supranacional como a Unesco⁴. Pelo ponto de vista dos autores da corrente difusionista, o consumo de informações seria, a princípio, um indicador de desenvolvimento sociocultural de um país. Ou seja, um autor como Wilbur Schramm considerava positivas as possibilidades educativas e informacionais dos meios de comunicação de massa na condução dos países subdesenvolvidos a outros patamares de desenvolvimento econômico e social. Implícita ideologicamente nessa proposta de comunicação transmissiva, que se concretizou, entre outros modos, nos processos de extensão rural, estava a idéia de transferência cultural. Assim dizia Schramm num livro que escreveu com suporte da Unesco:

A serviço do desenvolvimento nacional, os veículos de massa são agentes da transformação social. O tipo específico de transformação que se pretende que eles condicionem é a passagem a novos costumes e novas práticas e, em alguns casos, a novas relações sociais. Por trás dessas modificações comportamentais deve necessariamente haver transformações substanciais em concepções, crenças, técnicas e normas sociais (Schramm 1970).

Ainda que os mentores do difusionismo tenham reconhecido a falência do modelo nos anos 1970, pode-se dizer que, como modelo, vingou e persistiu nas práticas de comunicação aplicadas nas diversas áreas – jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, marketing e em atividades comunicacionais distintas como a própria extensão rural. Ou seja, o difusionismo instituiu, no imaginário contemporâneo, um certo modelo de prática comunicacional que veio a ser tornar hegemônico.

⁴ As políticas nacionais de comunicação foram discutidas pela Unesco na década de 1980. Tratava-se da discussão sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação como apêndice do debate internacional acerca de uma nova ordem econômica mundial. Ver Ramos (1991).

Modelos comunicacionais: reavaliação

Luis Ramiro Beltrán, num balanço dos quarenta anos da comunicação para o desenvolvimento, atesta que as políticas da Unesco neste campo passaram por reavaliação de autores latino-americanos, citando nomes como os de Paulo Freire, Antonio Pasquali, Juan Diaz Bordenave e Mario Kaplun (Beltrán 2002). A idéia de comunicação dialógica proposta pelos latinos, como reformulação da idéia de comunicação para o desenvolvimento, passou a apresentar diversas designações: “comunicação alternativa”, “comunicação de grupo” e “comunicação participativa”. Deixou, portanto, a esfera da comunicação enfaticamente de massa para pensar a gestão, ou mais propriamente a autogestão, das práticas de comunicação comunitárias. Estava em revisão, pelo menos no campo teórico, o modelo até então hegemônico: abandonava-se o difusionismo, com seus pressupostos iluministas dos processos de modernização, e entravam em cena as propostas de comunicação dialógica e participativa dos autores latino-americanos.

A idéia de interface entre comunicação e desenvolvimento continuava a existir, desde que gestada, produzida e pensada pela própria comunidade envolvida em determinado projeto comunicacional, educacional ou cultural. Na história das teorias da comunicação, sabe-se que o advento, e conseqüentes estudos, dos meios de comunicação de massa desestabilizaram pesquisas como as da sociologia de Chicago, que até meados de 1920 tinha forte ênfase nas análises de comunidade. A crítica comunicacional na América Latina tenderia a apontar para uma releitura da tradição da pesquisa em comunicação de massa, fazendo readequações teóricas para se pensar a recepção em sua dimensão mediadora e produtora de sentidos em esfera comunitária.

A reformulação das propostas entre os latinos incidia, ainda que tomando-a apenas como paralelo, numa afirmação que Elihu Katz já havia feito, e isso é preciso reconhecer, na própria *mass communication research*: de fato, o que importava era não mais o que os meios de comunicação de massa faziam com as pessoas, com base em princípios das teorias dos efeitos a curto prazo, mas sim o que as pessoas faziam

com os meios de comunicação. Realocada da pesquisa americana para a realidade latino-americana, a observação de Katz, que se referia especificamente ao território da comunicação de massa, torna-se uma questão importante para a proposta participativa e dialógica que vinha sendo elaborada e gestada na América Latina.

Mario Kaplun, nascido na Argentina, foi tanto um teórico como um prático, tendo desenvolvido projetos de comunicação popular no Uruguai. Apesar do paralelo que se pode fazer com a proposta de Elihu Katz, o próprio Kaplun lembrava que os problemas de comunicação não passam necessariamente ou somente pelos meios ou veículos. Em uma entrevista, Kaplun dizia compartilhar com a visão de Daniel Prieto Castillo a respeito do comunicador quando diz que este deve aplicar estratégias de comunicação a problemas de comunicação, numa visão situacional que contraria a visão – deformada – do comunicador como um manipulador de meios e de instrumentos. Por essa perspectiva, a comunicação teria outra função social. Kaplun cita como exemplo a realização de uma assembléia sindical, em que geralmente há um esquema vertical de comunicação, ou seja, há um problema de comunicação, mas não necessariamente de gestão de meios de comunicação (Gomes & Gonzales 1973).

O paraguaio Juan Diaz Bordenave e o brasileiro Horácio Martins de Carvalho identificam a perspectiva dialógica como uma “idéia-força” (Bordenave & Carvalho 1987) que ganhou impulso na passagem dos anos 1960 para os anos 1970 como insatisfação com as formas de democracia representativa, suscetível de manipulação e distorção. De certo modo, a nosso ver, esta idéia-força enunciada por Bordenave & Carvalho incidiria mais tarde nos movimentos sociais que pregavam as práticas de ação direta como modalidade política, na qual os grupos agem sem necessariamente depender unicamente de uma forma de representação nas instâncias da grande política oficial. A política, no caso, estava também nas ações cotidianas dos movimentos sociais, tema que passou a fazer parte dos estudos em comunicação com maior peso em anos subseqüentes.

Com base em críticas como a de Juan Diaz Bordenave e Horácio Martins de Carvalho, o pensamento em comunicação na América Lati-

na já abandonava o modelo unilinear, do qual talvez a propaganda seja ainda o maior representante, como fórmula para se promover o desenvolvimento da região. O conceito clássico de comunicação unilinear implicava uma visão antidemocrática, principalmente numa região como a América Latina, onde o choque de valores entre processos de modernização e as culturas tradicionais provocava desgastes e experiências comunicacionais de resultados no mínimo discutíveis.

O pesquisador boliviano Luis Ramiro Beltrán argumenta que os latino-americanos foram os primeiros a contestar a ordem vigente do modelo clássico – difusionista – da comunicação e contribuíram para a emergência do novo modelo participativo, que foi aceito posteriormente até mesmo por nomes importantes dos estudos comunicacionais norte-americanos como Everett Rogers e Wilbur Schramm (Beltrán 2002). Antes de fazer a avaliação dos quarenta anos da comunicação para o desenvolvimento, Ramiro Beltrán havia enveredado, ele próprio, pelos caminhos da extensão rural nos anos 1970. Como especialista em comunicação, participou com os agrônomos Hernán Moran e Jorge Hamsay na elaboração do livro *Extensión agrícola dinamica del desarrollo rural*, publicado pelo Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, de San José, na Costa Rica, em 1975.

Nesta obra, Beltrán faz longo trabalho sobre extensão rural, fornecendo até mesmo dicas de como planejar mídias e práticas de comunicação de massa. Em outras palavras, sua relação com a idéia de planejamento e de extensão rural é de adesão. No entanto, sua adesão à corrente que trabalhava sob o modelo da comunicação para o desenvolvimento defendia a prática do diálogo e da participação como pressupostos da emergência de um novo pensamento comunicacional:

La comunicación administrativa de Extensión, como la de cualquier otra naturaleza, es siempre de doble vía, cualquiera que sea la fuente y el destinatario. Es decir, recibido un mensaje por el destinatario, hay un retorno en forma de otro mensaje (Beltrán et alii 1975).

Beltrán lembrava, em 1975, que a idéia de comunicação como “transmissão” já vinha sendo recusada pelos então mais recentes estudos sobre

a comunicação como campo do saber. Ele próprio aderiu ao conceito de troca de informações entre duas fontes como um processo contínuo, e não como curso que tivesse a linearidade de começo e fim. Em 1976, a Conferência Geral da Unesco fez a seguinte declaração, que acabaria sendo um reconhecimento de que a proposta anterior, difusionista, se esgotara e que emergia uma nova proposta:

No passado, a função da comunicação na sociedade humana era parecida como algo essencialmente a informar e influenciar pessoas. Agora está sendo proposto que a comunicação deveria ser entendida como um processo de interação social através de uma troca balanceada de informação e experiência. Esta mudança na percepção implica a predominância do diálogo sobre o monólogo. O objetivo é alcançar um sistema de comunicação horizontal baseado em distribuição eqüitativa de recursos e facilidades tornando aptas todas as pessoas a enviar bem como receber mensagens (Kaplun & O'Sullivan-Ryan s/d).

Importante enfatizar novamente que o campo da comunicação, como área do conhecimento na América Latina, tem se voltado historicamente tanto para os estudos teóricos como para os práticos, o que tem sido um de seus pontos característicos. Na prática, um dos exemplos mais conhecidos, talvez porque um dos mais expostos em periódicos científicos da área, é o do Casete-Foro, desenvolvido por Mario Kaplun numa comunidade de agricultores no Uruguai⁵. Tratava-se, no caso relatado pelo próprio Kaplun, do uso de fitas cassete como promoção de troca de informações entre membros de uma cooperativa agrícola. Grosso modo, as mensagens gravadas nas fitas cassete, tecnologia disponível naquela década, iam e vinham de um centro coordenador da comunidade para as bases, como numa espécie de correio. Tratava-se da adequação de um veículo já bastante agregado à cultura oral das pessoas envolvidas, de baixo custo operacional, de fácil manuseio e versátil o suficiente para ser deslocado de um lugar a outro. Assim, as pessoas se acostumavam a dominar o meio de comunicação, e não o contrário. No conceito de Kaplun:

5 O relato sobre a experiência do Casete-Foro está disponível num texto do próprio Mário Kaplun. Ver Kaplun (1980).

Entendemos que há plena participação na comunicação quando os interlocutores são alternadamente emissores e receptores, quando ambos são “emérec”, para utilizar um neologismo proposto por Cloutier, e têm a mesma oportunidade não só de responder à mensagem recebida e reagir ante ela, mas também de gerar suas próprias mensagens (Kaplun 1980).

A idéia de participação, no entanto, não era algo tão simples. Kaplun verificava que o isolamento dos indivíduos nas bases comunitárias da sociedade dificultava a compreensão das políticas que o núcleo central de uma dada organização adotava e, sobretudo, as razões que motivaram a adoção das políticas. O problema de a base não saber o que pensava o núcleo central – e vice-versa – tornava-se, assim, um problema de comunicação e de posterior organização comunitária. Esse tipo de pesquisa descritiva serviria mais tarde para se repensar os protocolos de troca de informações entre membros de uma dada comunidade ou organização.

Tal isolamento, no caso descrito, Mario Kaplun creditava, entre outras coisas, à cultura enraizada no camponês uruguaio de menosprezar a própria opinião. A partir de relatos de casos como esse, constata-se que o modelo dialógico, tal qual pensado pelos pesquisadores latinos, também tem suas complexidades. Dele se vislumbra não apenas virtudes e potencialidades, mas também dificuldades no processo de implantação, porque, entre o difusionismo que monopoliza o discurso e o dialogismo que defende a participação, há o mutismo em que todo processo de produção de sentido se esvai, num processo de entropia.

Estudiosos de comunicação latino-americanos evidenciavam que a marginalidade a que são submetidas as pessoas é algo anterior à participação, e que a situação de marginalidade, por sua vez, é produzida pelo sistema econômico e pela distribuição desigual de riquezas. O subdesenvolvimento econômico que ainda caracteriza a América Latina tornava-se assim, já em décadas passadas, ponto fundamental na formulação da proposta dialógica. Mais que um método gerado como “engenharia de comunicação”, o dialogismo emergia como ética do relacionamento em condições de profundas diferenças sociais e de freqüentes atritos entre

valores do discurso modernizante e os valores enraizados na cultura e tradição dos povos latinos.

A partir dessa contextualização, o monólogo da comunicação vertical, típica da comunicação de massa, e que por assim dizer influenciava o modelo de comunicação mesmo na comunicação alternativa, cede lugar à participação como condição e protótipo de uma forma de democracia, conceito tão abstrato e tão ausente em anos de ditaduras militares em boa parte do continente. O dialogismo torna-se, nessas condições históricas, um novo modelo de ação para uma possível arrancada da América Latina rumo ao desenvolvimento, ainda que não se saiba dizer, com certeza, de que tipo de desenvolvimento se trata.

Conclusão

O dialogismo, que emergiu como perspectiva teórica entre pesquisadores latino-americanos, teve como consequência a reformulação dos modos de pensar em estudos e práticas comunicacionais. Nos dias de hoje, é considerado um modelo teórico pelo qual são balizadas políticas contemporâneas no campo da comunicação social. A emergência desse pensamento latino-americano no campo dos estudos em comunicação deve considerar pelo menos duas questões: as condições de subdesenvolvimento socioeconômico na América Latina e uma certa tensão promovida com a tradição de pesquisa da sociologia americana no campo da comunicação. Consideradas as condições de sua emergência, o dialogismo pode ser analisado como uma inovação na instância teórica que configurou o que se chama hoje de Escola Latino-Americana da Comunicação.

A emergência dessa escola latino-americana incentivou, na história das teorias da comunicação, a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, o que atribuiu à América Latina um espaço privilegiado nas pesquisas de interface entre comunicação, cultura e economia política. O desvio de rota para o campo da recepção resultou, principalmente a partir dos anos 1980, na modulação de um pensamento comunicacional que atribui a produção de sentido não apenas às estruturas

sociais já dadas, mas ao processo do qual o receptor faz parte necessária e simultaneamente como produtor de informações.

Ou seja, no processo de consumo de informações se produz sentido e se atualiza a antiga predisposição de dizer que todo receptor de informação também pode produzir e reenviar mensagens. O sentido se produz no andamento do processo. Com o dialogismo, que faz contraposicionamento teórico ao modelo comunicacional centrado na supervalorização do emissor, esgarçou-se a possibilidade de se pensar na comunicação como negociação de sentidos, demanda que a emergência da rede mundial de computadores, em sua condição de comunicação acentrada e em rede, veio consolidar na década de 1990.

Referências bibliográficas

- BELTRÁN, Luis Ramiro. "Communication for development in Latin America: a forty-year appraisal". Disponível em: <<http://www.southbound.org.br.sg/communication/cul-ch.htm>>. Acesso em: 2/12/2002.
- BELTRÁN, Luis Ramiro; RAMSEY, Jorge & FRIAS, Hernán. *Extension agrícola dinamica del desarrollo rural*. San Jose: Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1975.
- BORDENAVE, Juan Diaz & CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunicação e planejamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEFLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FAUSTO NETO, Antônio. "Incomunicação rural: dependência e fatalismo", in MELO, J. M. de (org.). *Comunicação/Incomunicação no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1976.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação da Unesco. Rio de Janeiro, 1983.
- GOMEZ, Guillermo Orozco & GONZALES, Sergio Inestrosa. "Mário Kaplun: cultura de imagenes, no de sentidos", in *Chasquí*, nº 47, nov./1973.
- GRINBERG, Máximo Simpson (org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KAPLUN, Mario. "La comunicación participativa como praxis y como problema: la experiencia del Casete-Foro", in *Comunicação e Sociedade*, ano I, nº 3, São Bernardo do Campo, jul./1980.

- KAPLUN, Mário & O'SULIVAN-RYAN, Jeremiah. "Communication methods to promote grass-roots participation", in *Communication and Society*, nº 6, Unesco, s/d.
- KLAPPER, Joseph T. The effects of mass communication. Illinois: The Free Press of Glencoe, 1961.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-Mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras, 1997.
- MELO, José Marques de (org.). *Comunicação/Incomunicação no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1976.
- _____. "Difusão dos paradigmas da escola latino-americana de comunicação nas universidades brasileiras", in *Comunicação e Sociedade*, nº 25, 1996, p. 9-20.
- MELO, José Marques de & BRITTES, Jussara (orgs.). *A trajetória comunicacional de Luiz Ramiro Beltrán*. São Bernardo do Campo: Umesp, 1998.
- PASQUALI, Antonio. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. "La dimensión ética del comunicador", in *Comunicación – Estudios Venezolanos de Comunicación – Perspectiva crítica y alternativa*, nº 75, 3ª trim./1991.
- PYE, Lucian. *Comunicações e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- RAMOS, Murilo Cesar. "Políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas", in *Comunicação e política*, ano 11, nº 17, Rio de Janeiro, 1991.
- SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de massa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.
- _____. "O desenvolvimento das comunicações e o processo de desenvolvimento", in PYE, W. (org.). *Comunicações e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- STEVENSON, Robert L. *Communication, development and the Third World – The global politics of information*. New York: Longman Inc., 1988.
- TRINTA, Aluísio & POLISTCHUK, Ilana. *Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação – Textos de apoio*. 5. ed. Lisboa: Presença, 1995.